

Aula 08 - Profs. Bruno Bezerra e Raphael Rabelo

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da*

Pessoa com Deficiência - 2025
Autor:
Thais de Cássia Rumstain,
(Pós-Edital)
**Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

30 de Maio de 2025

LEI Nº 13.146/2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PARTE II

Sumário

Análise Estatística	2
O que é mais cobrado dentro do assunto?	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	4
Aposta estratégica	14
Questões estratégicas	17
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	22
Perguntas	23
Perguntas com respostas	24
Lista de Questões Estratégicas	26
Gabarito	28



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Caso algum dos tópicos possua um “*” significa que, a despeito da estatística apontada, esse tópico deve ser encarado como muito importante para sua prova, já que este possui uma ligação muito forte com o concurso em questão.

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso – quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos similares (Instuto AOCF)
Conceitos Iniciais. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.	9,55%
Pessoas Naturais	7,04%
Pessoas Jurídicas e Domicílio	11,06%
Bens	8,04%
Fatos Jurídicos – Conceito, Classificação. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Negócio Jurídico – Disposições Gerais e Representação; Negócio Jurídico – Condição, Termo e Encargo	11,06%
Defeitos e Invalidade dos Negócios Jurídicos.	0,50%
Prescrição e Decadência; Provas	10,05%
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE I	36,68%



Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE II	
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE III	
Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).	6,03%

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem assunto dessa aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Assunto		Incidência em concursos similares (Instituto AOC)
Dos Direitos Fundamentais (arts. 10 ao 52 da Lei nº 13.146/2015)	Do Direito à Educação (arts. 27 a 30)	17,46%
	Do Direito ao Trabalho (arts. 34 a 38)	7,94%
	Do Direito à Moradia (arts. 31 a 33)	6,35%
	Do Direito ao Transporte e à Mobilidade (arts. 46 a 52)	4,76%
	Do Direito à Vida (arts. 10 a 13)	3,17%
	Do Direito à Saúde (arts. 18 a 26)	3,17%



	Do Direito à Assistência e à Previdência Social (arts. 39 a 41)	1,59%
	Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer (arts. 42 a 45)	1,59%
Disposições Preliminares (arts. 1º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)	Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)	22.22%
	Da Igualdade e da Não Discriminação (arts. 4º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)	9.52%
Da Acessibilidade (arts. 53 ao 76 da Lei nº 13.146/2015)		9.52%
Do Acesso à Justiça (arts. 79 a 87 da Lei nº 13.146/2015)		7.94%
Das Disposições Finais e Transitórias (arts. 92 ao 95 da Lei nº 13.146/2015)		4.76%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

Dentre os assuntos abordados nesta aula, acreditamos que os seguintes possuem maior probabilidade de aparecerem na sua prova:

DIREITOS FUNDAMENTAIS



1 - Direito ao Trabalho

- O direito ao trabalho é assegurado pela Constituição, que garante a autonomia e a liberdade das pessoas com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência detalha regras específicas para garantir a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho.
- O exercício do direito ao trabalho é fundamental para a autonomia da pessoa com deficiência e para a inclusão no mercado profissional.
- **Vedação à Discriminação:**
 - A discriminação é proibida em todas as fases do processo de trabalho: recrutamento, seleção, contratação, exames admissionais e periódicos, permanência no emprego e progressão na carreira.
 - O ambiente de trabalho deve ser acessível, e a igualdade salarial deve ser garantida entre pessoas com deficiência e os demais trabalhadores.

1.1 - Disposições Gerais

- O trabalho é livre, e a pessoa com deficiência não pode ser impedida de exercer esse direito. Os locais de trabalho devem ser acessíveis e garantir condições de igualdade para o desempenho das atividades laborais.
- Tanto os órgãos públicos quanto as empresas privadas devem garantir um ambiente acessível, sem discriminação.

1.2 - Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional

- Habilitação: significa preparar e capacitar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho. O objetivo é permitir que ela ingresse no mercado pela primeira vez.
- Reabilitação: tem como objetivo restaurar as habilidades perdidas, permitindo que a pessoa retorne ao trabalho após a perda temporária de capacidade laborativa.
- Ambas as medidas garantem que pessoas com deficiência possam exercer o direito ao trabalho em igualdade de condições.

1.3 - Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho

- Regras Fundamentais:
 - Acessibilidade: O ambiente de trabalho deve ser adaptado para permitir o exercício pleno das funções pelos trabalhadores com deficiência.
 - Tecnologia Assistiva: É necessário fornecer recursos adequados, como tecnologias assistivas, para garantir a acessibilidade no trabalho.



- Adaptação do Ambiente de Trabalho: O ambiente de trabalho deve ser ajustado para garantir a plena inclusão da pessoa com deficiência.
- Políticas de Inclusão:
 - O objetivo é a eliminação das barreiras que impedem o exercício pleno dos direitos trabalhistas das pessoas com deficiência, garantindo igualdade de condições. Para isso, deve-se observar a implementação de regras de acessibilidade e a adaptação razoável do ambiente de trabalho.
 - Diretrizes a Serem Observadas:
 1. Prioridade no Atendimento: A pessoa com deficiência deve ser atendida prioritariamente, conforme previsto na Lei nº 13.146/2015.
 2. Suportes Individualizados: Devem ser fornecidos suportes que atendam às necessidades específicas das pessoas com deficiência, incluindo a tecnologia assistiva.
 3. Respeito ao Perfil Vocacional: Deve-se respeitar o perfil vocacional e os interesses da pessoa com deficiência.
 4. Oferta de Aconselhamento: Estratégias de inclusão e superação de barreiras, inclusive atitudinais, devem ser oferecidas aos empregadores.
 5. Avaliações Periódicas: Realização de avaliações periódicas sobre o progresso da inclusão e ajustes necessários.
 6. Articulação Intersetorial: Colaboração entre diversas políticas públicas para a promoção da inclusão.
 7. Participação em Organizações da Sociedade Civil: Garantia de participação ativa das pessoas com deficiência em organizações sociais.
- Observações:
 - A inclusão deve ocorrer por meio de políticas públicas que visem a garantir a inserção de pessoas com deficiência, assegurando, entre outras coisas, a adaptação dos postos de trabalho, a oferta de recursos de acessibilidade e o cumprimento das normas de inclusão.
 - O processo de inclusão será monitorado periodicamente para garantir que as condições do trabalho sejam mantidas acessíveis, respeitando as necessidades e direitos da pessoa com deficiência.

2 - Direito à Assistência Social

- Assistência Social no Brasil:
 - O direito à assistência social está garantido pela Constituição, no artigo 203, que assegura a assistência àqueles que necessitam, mesmo que não tenham contribuição à previdência social.



- O grupo de pessoas com deficiência é um dos mais necessitados dessa assistência, visando à habilitação e reabilitação, bem como a promoção da integração à vida comunitária.
- Habilitação e Reabilitação:
 - A habilitação e reabilitação devem ser compreendidas não apenas do ponto de vista profissional, mas também com relação aos direitos e garantias assegurados pela Constituição.
 - A atuação positiva do Estado visa corrigir desigualdades naturais, promovendo a integração social da pessoa com deficiência.
- Objetivo da Assistência Social:
 - O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece a assistência social como objetivo de garantir a segurança de renda, habilitação e reabilitação, desenvolvimento da autonomia e convivência familiar, e o acesso a direitos e à plena participação social.
 - A assistência social envolve o conjunto de serviços, programas e projetos oferecidos pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) às pessoas com deficiência e suas famílias.
- BPC-LOAS:
 - O benefício de prestação continuada (BPC-LOAS) é destinado às pessoas com deficiência que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Para ser beneficiário, é necessário que a renda familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo.
 - Requisitos (ou seja, não é para todos!):
 1. Ser deficiente.
 2. Não ter meios para prover o próprio sustento.
 3. Ter uma família sem condições de provê-lo.
 - O valor do benefício é de 1 salário mínimo.
- Auxílio Inclusão:
 - O Estatuto também prevê o “auxílio inclusão”, destinado à pessoa com deficiência que tenha recebido o BPC-LOAS e, posteriormente, passe a exercer atividade remunerada, tornando-se segurado obrigatório do RGPS.
 - Esse auxílio é concedido para incentivar a inserção no mercado de trabalho, garantindo a assistência à pessoa com deficiência enquanto ela transita para o trabalho formal.

3 - Direito à Previdência Social

- Previdência Social:



- A previdência social é um seguro compulsório que visa garantir subsistência aos trabalhadores, suas famílias e dependentes, quando estes não puderem continuar com atividades remuneradas devido a fatores como maternidade, invalidez, ou morte.
- A pessoa com deficiência tem direito à aposentadoria com requisitos mais flexíveis, conforme os critérios definidos pela Lei Complementar nº 142/2013.
- Critérios para Aposentadoria:
 - Para ter direito à aposentadoria, a pessoa com deficiência deve cumprir os seguintes requisitos de tempo de contribuição, dependendo do grau de deficiência:
 - Deficiência grave: 25 anos de contribuição para homens e 20 anos para mulheres.
 - Deficiência moderada: 29 anos de contribuição para homens e 24 anos para mulheres.
 - Deficiência leve: 33 anos de contribuição para homens e 28 anos para mulheres.
 - Idade: Aos 60 anos de idade para homens e 55 para mulheres, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de contribuição.
- Caracterização da Deficiência:
 - A deficiência é caracterizada por regulamentos executivos e deve ser atestada pelo INSS, por meio de laudos médicos.

4 - Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer

- Acesso ao Direito:
 - Os direitos à cultura, ao lazer, ao turismo e ao esporte estão intimamente relacionados à acessibilidade, garantido o gozo desses direitos para as pessoas com deficiência.
 - O poder público deve eliminar barreiras para garantir o acesso de todos a essas atividades.
- Acesso à Cultura:
 - A oferta de cultura deve ser acessível, incluindo cinema, teatro e outros eventos, com a adoção de soluções que eliminem barreiras físicas e atitudinais.
 - É **VEDADA** a recusa de oferta de obra intelectual acessível às pessoas com deficiência, como livros em Braille ou outras formas de apresentação.
- Tratado de Marraqueche:



- O Tratado de Marraqueche, que tem status de emenda constitucional, facilita o acesso de pessoas com deficiência à cultura, especialmente em textos e ilustrações.
- Esporte e Lazer:
 - O poder público também deve promover a participação das pessoas com deficiência em atividades esportivas, culturais e recreativas.
 - Tríade da Inclusão no esporte e cultura:
 - Incentivo
 - Participação
 - Acessibilidade
- Requisitos para Locais Públicos:
 - Para locais como cinemas, auditórios e estádios, é necessário garantir assentos distribuídos adequadamente, com visibilidade, proximidade de corredores e saídas de emergência.
- Hotéis e Pousadas:
 - O Estatuto exige que hotéis e pousadas sejam acessíveis às pessoas com deficiência. Para edificações novas, devem ser construídas de acordo com o desenho universal.
 - Adaptação Razoável: Para hotéis já existentes, deve ser adaptado pelo menos 10% das unidades, garantindo acessibilidade mínima.

5 - Direito ao Transporte e à Mobilidade

- Objetivo:
 - O direito ao transporte e à mobilidade visa garantir a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, permitindo-lhes o acesso aos meios de transporte de forma acessível.
 - A eliminação de obstáculos nos locais de acesso, como estações e paradas, é essencial para garantir a acessibilidade no transporte.
- Lei nº 7.405/1985:
 - A Lei disciplina o símbolo internacional de acesso para identificação de áreas e equipamentos acessíveis para pessoas com deficiência:





a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

- O símbolo é essencial para a orientação e facilitação do acesso.
- Estacionamento:
 - O art. 47 estabelece que as vagas de estacionamento destinadas a pessoas com deficiência devem ser bem localizadas, próximas aos locais de acesso e devidamente sinalizadas.
 - Importante: **2% do total de vagas** (ou no mínimo uma) deve ser reservada para pessoas com deficiência.
- Uso das Vagas:
 - Para utilizar essas vagas, o veículo precisa exibir a credencial de beneficiário, que é fornecida pelos órgãos de trânsito.
 - Resolução CNJ nº 230/2016: Estabelece que a credencial deve ser visível no veículo, e destaca a obrigatoriedade de oferecer vagas para servidores com deficiência que necessitem.
- Transporte Coletivo:
 - As normas de acessibilidade também se aplicam ao transporte coletivo, incluindo ônibus, transportes aquaviários e aéreos.
 - Regras Importantes:
 1. Sistema de comunicação acessível.
 2. Prioridade de embarque e desembarque para pessoas com deficiência.
- Taxis e Vans:
 - O art. 51 estipula que **10% da frota de táxis** deve ser acessível, sendo **proibida** tarifa diferenciada.
 - Incentivos ao poder público: o poder público pode instituir benefícios fiscais para incentivar a compra de táxis acessíveis.
- Locadoras de Veículos:

- O art. 52 obriga as locadoras de veículos a disponibilizar, para cada 20 veículos, **um** com sistema de acessibilidade (câmbio automático, direção hidráulica e comandos manuais de freio e embreagem).

ACESSIBILIDADE

1 - Disposições Gerais sobre Acessibilidade

- **Acessibilidade como Direito:**
 - Acessibilidade é o direito garantido às pessoas com deficiência, permitindo que vivam de forma independente e participem ativamente da sociedade.
 - O objetivo central é proporcionar o acesso à pessoa com deficiência a seus direitos, incluindo transporte, uso de cadeiras de rodas, eliminação de escadas e outros obstáculos.
- **Responsabilidade da Sociedade:**
 - A acessibilidade é um dever de toda a sociedade, com responsabilidade também do poder público, garantindo os direitos da pessoa com deficiência.
- **Normas de Acessibilidade:**
 - A implementação de projetos de acessibilidade deve ser observada em várias áreas, incluindo transporte, comunicação, e sistemas de informação.
 - As normas de acessibilidade devem ser verificadas nas seguintes situações:
 1. Aprovação de projetos de construção e de veículos de transporte coletivo.
 2. Renovação de concessões, permissões e habilitações de serviços públicos de transporte coletivo.
 3. Financiamento de projetos com recursos públicos, garantindo a acessibilidade.
 4. Empréstimos de financiamento com recursos públicos para projetos que garantam acessibilidade.

Acessibilidade em Construções e Obras

- **Acessibilidade em Edificações:**
 - O conceito de acessibilidade em projetos de construção deve garantir a inclusão de todas as pessoas, incluindo as com deficiência.
 - **Desenho Universal:** É a criação de equipamentos e espaços que atendam às necessidades de todas as pessoas, sem exceção.
- **Exigências para Construções:**



- As obras e reformas em construções públicas ou privadas de uso coletivo devem observar normas de acessibilidade, conforme estabelecido pelo artigo 56 do Estatuto.
- Exceções:
 - Em condomínios privados, os mesmos devem observar a acessibilidade, especialmente se forem multifamiliares.
- Exigências Específicas:
 - A acessibilidade externa é obrigatória para edificações multifamiliares, conforme o artigo 58 do Estatuto.

Regulação e Monitoramento

- Fiscalização e Responsabilidade:
 - A fiscalização das obras e construções deve garantir que as normas de acessibilidade sejam atendidas. Isso é feito por meio de aprovações, licenças e monitoramento contínuo.
 - O art. 58 estabelece as regras de acessibilidade também para empreendimentos privados, incluindo residências em condomínios multifamiliares.

Ações de Acessibilidade

- Premissas Básicas:
 - As ações de acessibilidade devem seguir os princípios de prioridade, cronometragem e reserva de recursos para a implementação.
 - O planejamento dessas ações deve ser contínuo e articulado entre os setores responsáveis.
- Acessibilidade em Documentos:
 - Acessibilidade também deve se estender ao fornecimento de documentos em formatos acessíveis. A pessoa com deficiência pode solicitar contas, boletos, recibos e outros documentos em formato acessível.
 - **Contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos** devem ser acessíveis para pessoas com deficiência mediante solicitação.

2 - Acesso à Informação e à Comunicação

- Direito ao Acesso:
 - O direito à acessibilidade abrange a criação de projetos para garantir o acesso a meios de comunicação, incluindo sites, informações e a comunicação pública, tanto para o público em geral quanto para pessoas com deficiência.



- Regras sobre Acessibilidade em Sites:
 - 1ª Informação: A acessibilidade nos meios de comunicação **não** abrange sites de **pessoas naturais**. No entanto, deve ser garantida a acessibilidade em sites de empresas e órgãos do governo, com a inclusão de símbolos de acessibilidade.
 - 2ª Informação: Lan houses devem garantir acessibilidade em **10% do maquinário** ou em pelo menos um computador, de modo que todos os computadores sejam acessíveis.
- Financiamento de Serviços de Internet:
 - O acesso à internet também depende do cumprimento das normas de acessibilidade por parte dos serviços de financiamento de planos de internet.
- Regras para Empresas Privadas:
 - Empresas de comunicação devem garantir a acessibilidade ao direito à informação, com o poder público incentivando a oferta de aparelhos de telefonia acessíveis.
- Serviços de Rádio e TV:
 - Rádio e TV devem contar com recursos de subtítulos, janela com intérprete de Libras e audiodescrição.

Ações do Poder Público

- Incentivos para Produção de Livros Acessíveis:
 - O poder público deve incentivar a produção, edição e difusão de livros em formatos acessíveis, como os digitais, e estimular o uso de softwares leitores ou outras tecnologias assistivas.
- Disponibilidade de Informações Acessíveis:
 - O poder público deve garantir que as informações sobre produtos e serviços sejam claras e disponibilizadas de forma acessível, incluindo documentos como bulas, prospectos e textos.
- Tecnologia Assistida:
 - O Estatuto prevê o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias assistivas, com o apoio de agências de fomento e órgãos públicos.
- Capacitação e Inclusão em Eventos:
 - O poder público deve garantir a capacitação de tradutores e intérpretes de Libras, além de guias e profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legenda para tornar eventos acessíveis a pessoas com deficiência.



3 - Tecnologia Assistiva

- Definição de Tecnologia Assistiva:
 1. Tecnologia assistiva refere-se à criação de estratégias, práticas, processos e serviços que garantem acesso a produtos e serviços para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Objetivo e Incentivo ao Desenvolvimento:
 1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência propõe medidas para incentivar o desenvolvimento de tecnologias assistivas, como linhas de crédito subsidiadas para aquisição dessas tecnologias, além de facilitar o processo de importação e produção.
- Ações para Incentivar o Desenvolvimento:
 1. Facilitar o acesso a crédito especializado, incluindo linhas de crédito subsidiadas para aquisição de tecnologia assistiva.
 2. Agilizar a importação de tecnologia assistiva e simplificar os processos para aquisição.
 3. Criar mecanismos de fomento à pesquisa e produção nacional de tecnologia assistiva.
 4. Reduzir a tributação sobre a cadeia produtiva de tecnologia assistiva.
 5. Facilitar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva.

4 - Direito à Participação na Vida Pública e Política

- Exercício do Voto:
 - A pessoa com deficiência tem o direito de votar e ser votada, garantindo a **capacidade eleitoral ativa e passiva**.
 - As pessoas com deficiência não perdem direitos políticos devido à sua condição, **exceto em caso de incapacidade absoluta (menores de 16 anos). Já que apenas os menores de 16 anos são considerados absolutamente incapazes.**
- Garantias para Exercício do Voto:
 - Garantia da viabilidade de procedimentos, materiais e equipamentos que assegurem o exercício do direito de participação política.
 - Incentivo à candidatura de pessoas com deficiência.
 - Uso de recursos de acessibilidade, como subtítulos, LIBRAS e audiodescrição.



- Liberdade para o exercício do voto, com a possibilidade de contar com pessoas de confiança para auxiliar no voto.
- Vedação:
 - **não** é permitida a criação de **seções eleitorais exclusivas** para pessoas com deficiência.
 - Observação importante: pode haver uma seção específica dentro do mesmo colégio eleitoral, mas não um colégio eleitoral separado.

APOSTA ESTRATÉGICA

O tema "*Direito ao Trabalho*" (arts. 34 a 38) é o mais cobrado nesta aula. Sozinhos, esses cinco artigos representam **31,26%** da incidência das questões aplicadas pela banca sobre o conteúdo estudado nesta aula.

CAPÍTULO VI

DO DIREITO AO TRABALHO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.



Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Parágrafo único. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

Seção II

Da Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

§ 1º Equipe multidisciplinar indicará, com base em critérios previstos no § 1º do art. 2º desta Lei, programa de habilitação ou de reabilitação que possibilite à pessoa com deficiência restaurar sua capacidade e habilidade profissional ou adquirir novas capacidades e habilidades de trabalho.

§ 2º A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.

§ 3º Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica, a fim de que ela possa ser capacitada para trabalho que lhe seja adequado e ter perspectivas de obtê-lo, de conservá-lo e de nele progredir.

§ 4º Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional deverão ser oferecidos em ambientes acessíveis e inclusivos.

§ 5º A habilitação profissional e a reabilitação profissional devem ocorrer articuladas com as redes públicas e privadas, especialmente de saúde, de ensino e de assistência social, em todos os níveis e modalidades, em entidades de formação profissional ou diretamente com o empregador.

§ 6º A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.

§ 7º A habilitação profissional e a reabilitação profissional atenderão à pessoa com deficiência.



Seção III

Da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho;

II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;

III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;

IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais;

V - realização de avaliações periódicas;

VI - articulação intersetorial das políticas públicas;

VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Art. 38. A entidade contratada para a realização de processo seletivo público ou privado para cargo, função ou emprego está obrigada à observância do disposto nesta Lei e em outras normas de acessibilidade vigentes.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.





1. (INSTITUTO AOCP - 2024) Segundo o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará, entre outros critérios, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- B) A utilização do símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.
- C) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo para exercer o direito à guarda e à adoção, como adotante.
- D) A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.
- E) Quanto à acessibilidade, o desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.

Comentários:

GABARITO: C – ALTERNATIVA INCORRETA (A QUE ESTÁ EM DESACORDO COM O TEXTO LEGAL)

A questão pede que o candidato identifique a alternativa incorreta de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Alternativa A: CORRETA.

O art. 2º, § 1º, II do Estatuto determina:

*"A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais."*



Alternativa B: **CORRETA**. O art. 2º-A, § 2º do Estatuto estabelece:

"A utilização do símbolo de que trata o caput deste artigo [cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas] não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente."

Alternativa C: **INCORRETA**..

De acordo com o art. 6º, VI do Estatuto:

*"A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:
VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas."*

Alternativa D: **CORRETA**.

O art. 36, § 6º do Estatuto dispõe:

"A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento."

Alternativa E: **CORRETA**.

Conforme o § 1º do art. 55 do Estatuto:

"O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral."

Conclusão: o gabarito é a alternativa C, que reflete a alternativa que está de acordo com o texto legal.

2. (INSTITUTO AOCP - 2024) Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.

C) É assegurado a pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.

E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Comentários:

Alternativa A – INCORRETA

O art. 2º do Estatuto estabelece que:

"Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

Portanto, a referência a curto prazo está incorreta.

Alternativa B – INCORRETA

O art. 9º, § 2º da Lei nº 13.146/2015 determina:

"Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico."

Portanto, a prioridade está vinculada aos protocolos médicos.

Alternativa C – CORRETA

O art. 40 do Estatuto dispõe:

"É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um)



salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social)."

Alternativa D – INCORRETA

De acordo com o art. 44, § 7º do Estatuto:

"O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas."

Alternativa E – INCORRETA

O art. 86 do Estatuto estabelece:

"Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência."

Conclusão: a alternativa correta é letra C, pois está de acordo com o art. 40 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

3. (INSTITUTO AOCP - 2019) PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (PREF VITÓRIA/ES)

O direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social é

- A) a Universalidade.
- B) a Acessibilidade.
- C) o Voluntariado.
- D) a Solidariedade.

Comentário:

GABARITO: ALTERNATIVA B

A questão aborda o direito à acessibilidade, que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e participação social.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 53:



"A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social."

Portanto, a alternativa correta é B: Acessibilidade.

4. (INSTITUTO AOCP - 2018) João é pessoa com deficiência física. Sabedor de que possui garantia ao livre exercício dos seus direitos políticos, ele dirige-se à seção eleitoral para exercer seu direito ao voto. No entanto, em razão de sua deficiência física, João necessita de auxílio de terceira pessoa para votar. Nesse sentido, de acordo com o disposto na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta.

- A) João poderá receber ajuda apenas dos auxiliares da Justiça Eleitoral.
- B) João poderá receber auxílio apenas de pessoa previamente cadastrada no Tribunal Regional Eleitoral de seu Estado.
- C) João poderá, a seu pedido, receber auxílio de pessoa de sua escolha.
- D) João poderá receber auxílio de qualquer pessoa, desde que não filiada a partido político.
- E) João poderá transferir seu direito ao voto à pessoa de sua escolha.

Comentários:

GABARITO: LETRA C

A questão trata do exercício dos direitos políticos da pessoa com deficiência, especificamente no contexto do direito ao voto com assistência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Conforme o art. 76, § 1º, inciso IV do Estatuto:

*"§ 1º Para garantir à pessoa com deficiência o exercício de seus direitos políticos, o poder público deve assegurar, entre outros:
[...]
IV – a possibilidade de a pessoa com deficiência ser auxiliada por pessoa de sua escolha, nos termos da legislação eleitoral."*

Assim, João poderá, a seu pedido, receber auxílio de pessoa de sua escolha para exercer o direito ao voto, nos termos da legislação eleitoral.

Portanto, a alternativa correta é a letra C.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual é o fundamento constitucional do direito ao trabalho da pessoa com deficiência?
2. Em quais etapas do vínculo trabalhista é vedada a discriminação contra a pessoa com deficiência?
3. O que deve ser garantido em relação ao ambiente e à remuneração da pessoa com deficiência?
4. Qual a diferença entre habilitação e reabilitação profissional?
5. O que é tecnologia assistiva no ambiente de trabalho?
6. O que é o BPC-LOAS e quais seus requisitos?
7. Qual o objetivo do auxílio-inclusão?
8. Quais são os tempos mínimos de contribuição para aposentadoria da pessoa com deficiência?



9. Quais são os direitos culturais garantidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência?
10. O que é vedado em relação à oferta cultural para pessoas com deficiência?
11. O que o Tratado de Marraqueche assegura?
12. Quais são os requisitos para acessibilidade em hotéis já existentes?
13. Quantas vagas de estacionamento devem ser reservadas para pessoas com deficiência?
14. O que exige a Resolução CNJ nº 230/2016 sobre estacionamento?
15. O que determina o art. 51 sobre táxis?
16. O que determina o art. 52 sobre locadoras de veículos?
17. O que é o Desenho Universal?
18. Quais documentos podem ser solicitados em formato acessível?
19. Sites de empresas e órgãos públicos devem ser acessíveis?
20. Qual percentual mínimo de computadores acessíveis em lan houses?
21. Quais recursos de acessibilidade são obrigatórios em rádio e TV?
22. O que é tecnologia assistiva?
23. Quais incentivos o Estatuto prevê para tecnologias assistivas?
24. Pessoas com deficiência podem votar e ser votadas?
25. É permitida a criação de seção eleitoral exclusiva para pessoas com deficiência?

Perguntas com respostas

1. Qual é o fundamento constitucional do direito ao trabalho da pessoa com deficiência?

A Constituição garante a autonomia e a liberdade da pessoa com deficiência, sendo o trabalho meio de inclusão e autonomia.

2. Em quais etapas do vínculo trabalhista é vedada a discriminação contra a pessoa com deficiência?

Em todas: recrutamento, seleção, contratação, exames, permanência no emprego e progressão na carreira.



3. O que deve ser garantido em relação ao ambiente e à remuneração da pessoa com deficiência?

Ambiente acessível e igualdade salarial em relação aos demais trabalhadores.

4. Qual a diferença entre habilitação e reabilitação profissional?

Habilitação: ingresso no mercado; Reabilitação: retorno ao trabalho após perda de capacidade.

5. O que é tecnologia assistiva no ambiente de trabalho?

Recursos que garantem acessibilidade e autonomia funcional à pessoa com deficiência.

6. O que é o BPC-LOAS e quais seus requisitos?

Benefício assistencial de 1 salário mínimo para pessoas com deficiência sem meios de sustento e com renda familiar < 1/4 do salário mínimo.

7. Qual o objetivo do auxílio-inclusão?

Incentivar a entrada da pessoa com deficiência no mercado formal após recebimento do BPC.

8. Quais são os tempos mínimos de contribuição para aposentadoria da pessoa com deficiência?

- Grave: 25 anos (homem) / 20 (mulher)
- Moderada: 29 / 24
- Leve: 33 / 28

9. Quais são os direitos culturais garantidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência?

Acesso à cultura, lazer, esporte e turismo com medidas de acessibilidade e incentivo à participação.

10. O que é vedado em relação à oferta cultural para pessoas com deficiência?

Recusar obra intelectual em formato acessível (ex: Braille).

11. O que o Tratado de Marraqueche assegura?

Acesso a obras impressas em formatos acessíveis por pessoas com deficiência visual.

12. Quais são os requisitos para acessibilidade em hotéis já existentes?



Pelo menos 10% das unidades devem ser acessíveis.

13. Quantas vagas de estacionamento devem ser reservadas para pessoas com deficiência?

2% do total, ou no mínimo uma, conforme art. 47 do Estatuto.

14. O que exige a Resolução CNJ nº 230/2016 sobre estacionamento?

Credencial visível e obrigatoriedade de vaga para servidores com deficiência que necessitem.

15. O que determina o art. 51 sobre táxis?

10% da frota deve ser acessível, com tarifa diferenciada.

16. O que determina o art. 52 sobre locadoras de veículos?

1 a cada 20 veículos deve ter sistema de acessibilidade.

17. O que é o Desenho Universal?

Criação de ambientes e produtos acessíveis a todas as pessoas, com ou sem deficiência.

18. Quais documentos podem ser solicitados em formato acessível?

Contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos.

19. Sites de empresas e órgãos públicos devem ser acessíveis?

Sim, com inclusão de símbolos e recursos de acessibilidade.

20. Qual percentual mínimo de computadores acessíveis em lan houses?

10% ou ao menos um.

21. Quais recursos de acessibilidade são obrigatórios em rádio e TV?

Subtítulos, janela de Libras e audiodescrição.

22. O que é tecnologia assistiva?

Conjunto de recursos e serviços que promovem funcionalidade e autonomia à pessoa com deficiência.

23. Quais incentivos o Estatuto prevê para tecnologias assistivas?



Crédito subsidiado, facilitação de importação, fomento à pesquisa e redução tributária.

24. Pessoas com deficiência podem votar e ser votadas?

Sim, possuem capacidade eleitoral ativa e passiva.

25. É permitida a criação de seção eleitoral exclusiva para pessoas com deficiência?

Não. Pode haver uma seção específica dentro do mesmo colégio eleitoral, mas não um colégio eleitoral separado.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (INSTITUTO AOCP - 2024) Segundo o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa INCORRETA.

A) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará, entre outros critérios, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

B) A utilização do símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.

C) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo para exercer o direito à guarda e à adoção, como adotante.

D) A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.

E) Quanto à acessibilidade, o desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.

2. (INSTITUTO AOCP - 2024) Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.

C) É assegurado a pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.

E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

3. (INSTITUTO AOCP - 2019) PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (PREF VITÓRIA/ES)

O direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social é

A) a Universalidade.

B) a Acessibilidade.

C) o Voluntariado.

D) a Solidariedade.

4. (INSTITUTO AOCP - 2018) João é pessoa com deficiência física. Sabedor de que possui garantia ao livre exercício dos seus direitos políticos, ele dirige-se à seção eleitoral para exercer seu direito ao voto. No entanto, em razão de sua deficiência física, João necessita de auxílio de terceira pessoa para votar. Nesse sentido, de acordo com o disposto na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta.

A) João poderá receber ajuda apenas dos auxiliares da Justiça Eleitoral.

B) João poderá receber auxílio apenas de pessoa previamente cadastrada no Tribunal Regional Eleitoral de seu Estado.

C) João poderá, a seu pedido, receber auxílio de pessoa de sua escolha.

D) João poderá receber auxílio de qualquer pessoa, desde que não filiada a partido político.

E) João poderá transferir seu direito ao voto à pessoa de sua escolha.



Gabarito

GABARITO



1. Letra C

3. Letra B

2. Letra C

4. Letra C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.